

INTERCULTURALIDADE

Textos e outros materiais





EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

(Fonte: ACIDI)

A questão da diversidade cultural passou, em pouca mais de uma década, a ser uma temática omnipresente. Não é a multiculturalidade das sociedades que se constitui como novo factor, é a consciência dessa multiculturalidade que é nova; as trocas comerciais e a coexistência de pessoas de diferentes origens num mesmo espaço geográfico foi uma constante ao longo dos séculos, mas a escala e o ritmo da mobilidade aumentaram exponencialmente. A sociedade multicultural é, portanto, uma realidade, um processo obviamente irreversível, que sempre esteve presente no desenvolvimento das sociedades.

Um olhar sobre as diferentes culturas e sociedades ao longo dos séculos mostra como a abertura e a permeabilidade são condições indispensáveis à evolução, tal como a biodiversidade é indispensável à continuação da vida. O que a consciência intercultural dos dias de hoje nos pode trazer é a capacidade de aprender com os erros do passado e, em vez de transformar a multiculturalidade em problema, reconhecer a sua enorme vantagem. Ou seja, transformar uma sociedade multicultural numa sociedade intercultural: em vez de um somatório ou justaposição de culturas que se confrontam ou se “toleram” num mesmo espaço, viver num cruzamento de culturas em transformação mútua, numa sociedade de direitos reais e efectivos – desde os direitos cívicos e políticos aos direitos económicos, sociais e culturais.

Uma sociedade em que a identidade pessoal e social não passa pela lealdade cega a um grupo de pertença, definido normalmente em oposição a alguém ou alguma coisa, mas sim por um processo de construção permanente, que aceita as diversas influencias e se alicerça nas semelhanças, nas diferenças, nas vontades conjugadas de construir uma sociedade mais justa e no sentido de pertença comum à humanidade. Todos habitamos um espaço comum, de que dependemos, onde ninguém tem mais direitos por ter chegado “antes”.

É neste contexto que se justifica a generalização da educação intercultural, definida do seguinte modo por Fernand Oullet (1991):

O conceito de educação intercultural designa toda a formação sistemática que visa desenvolver, quer nos grupos majoritários, quer nos minoritários:

- melhor compreensão das culturas nas sociedades modernas

- maior capacidade de comunicar entre pessoas de culturas diferentes
- atitudes mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural, através da compreensão dos mecanismos psico-sociais e dos factores sócio-políticos capazes de produzir racismo
- maior capacidade de participar na interacção social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade.

Uma concepção de educação intercultural que não se aplica apenas ao contexto de educação formal, nem a locais em que a heterogeneidade cultural parece mais aparente. Na escola, na família, no trabalho, no desporto, em qualquer território, educação intercultural implica questionar e aprofundar o conhecimento, abandonar o ego/etnocentrismo e adoptar um novo paradigma – “o outro como ponto de partida” (Perotti, 1997). É sinónimo de “descentramento” do eu, capacidade de olhar para a si próprio e aos outros de múltiplos pontos de vista, de aliar a dimensão do “conhecimento” à dimensão relacional, numa forma de agir com informação que implica transformação, pessoal e social.

Ainda segundo Fernand Ouellet (2002), educação intercultural articula-se necessariamente com educação para cidadania e pode também definir-se como obedecendo cumulativamente a cinco princípios:

- abertura à diversidade cultural
- igualdade de oportunidades e equidade
- coesão social
- participação crítica na vida e deliberação democrática
- respeito pela vida no planeta

Uma sociedade que impede que os seus membros – crianças e adultos – possam desenvolver ao máximo as suas capacidades em virtude do seu meio ou cultura de origem, ou que lhes nega plenos direitos de cidadania em razão do seu local de nascimento, não é uma sociedade viável, pois está fixada no passado e esquece-se do futuro.

INTERCULTURALIDADE

A educação multi-intercultural é uma necessidade e uma exigência da sociedade actual.

É evidente e demasiado óbvio que o tema da Interculturalidade/Educação continua actual.

O mundo em que vivemos é cada vez mais complexo e multicultural. Um mundo em que as migrações são um fenómeno global, em que os grupos minoritários reclamam o direito à diferença, mas que, ao mesmo tempo, sofre das maleitas da homogeneização.

As sociedades estão, hoje, confrontadas com novos desafios e problemas provocados, em boa medida, por aquilo que se designa por globalização. Acelerador das migrações humanas, a globalização acentua a necessidade de se aprofundar a reflexão sócio-antropológica em torno das questões étnicas e culturais.

É imperioso repensar o papel da Sociedade, do Estado e das instituições educativas e a acção dos educadores e dos professores neste contexto económico, social e político mais complexo, trespassado por desigualdades e exclusões dos mais variados tipos, nomeadamente as que se relacionam com a identidade e a diversidade. Falamos da educação para os valores, para a paz, para a cidadania, para os direitos humanos e igualdade de oportunidades, para a tolerância e convivência, de educação anti-racista e anti-xenófoba, etc. - Educação multi-intercultural. Porém, no nosso dia-a-dia, somos, amiúde, confrontados com estereótipos e preconceitos, com manifestações de intolerância, marginalização, racismo, xenofobia nos mais variados espaços sociais.

Não obstante, como em tudo, é importante reconhecer que há maior sensibilidade para a integração estrutural dos diferentes grupos minoritários (étnicos, migrantes, culturais,...) na escola. Mas também sabemos que na sociedade não há uma preocupação efectiva com os problemas dos mais desfavorecidos e dos novos pobres e excluídos. A globalização económica, cega pela cultura do consumismo e individualismo, tem dificuldade em respeitar a natureza, a dignidade humana e as culturas contra-hegemónicas. E ao sacralizar o consumo, quebram-se os vínculos de cidadania e solidariedade, espalhando o medo, o terror e o ódio. Perante este cenário, há que lutar com valentia cívica e vigilância crítica pelas convicções em que acreditamos: promover os direitos humanos e democratizar as sociedades para além do Estado-Nação, numa perspectiva transnacional. Frequentemente, a propósito dos modelos de educação multi-intercultural, pensamos nos contributos de John Dewey, já lá vão 50 anos, em relação à educação

democrática. Citamos de memória: A educação como uma tarefa da sociedade e a sociedade como uma tarefa da educação. Este imperativo de ligar a educação à sociedade é fundamental. Alguém tem que fazer esta ponte. É que sem educação não há cidadão e a cidadania global não se constrói discriminando os grupos sociais subalternizados, violando os direitos políticos e civis, económicos e sociais, ambientais, todos eles interdependentes e a necessitarem de políticas que os legitimem.

Urge (re)inventar uma nova realidade política, económica, social e educativa. Esta refundação de uma nova ordem mundial, transformadora/emancipadora e não adaptadora, exige novas perspectivas críticas em educação que nos ajudem a encontrar respostas a questões como as que enunciamos: como encontrar um passado para o futuro, criando e reconstruindo tempos e espaços existenciais para unir e não dividir?

Como lutar contra as desigualdades sócio-económicas e as exclusões sócio-culturais, mostrando que outro mundo é possível?

Como encontrar coerências de sentido que conciliem a identidade com a diversidade, promovendo a educação para a cidadania e a cultura solidária?

Como desocultar factos, processos e discursos que nos impedem de aprender a viver juntos?

Este inventário de questões não é exaustivo, mas serve de pedra de toque para orientar a construção da cidadania intercultural que vimos defendendo: um processo partilhado que exige paz, segurança, habitação, igualdade, equidade, justiça, solidariedade, liberdade, responsabilidade. Uma viagem em direcção ao outro que só acontece quando aprendermos a gostar de nós e a superar as barreiras entre o "nós" e o "outro".

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

(Fonte: FAROL – Manual de Educação para os Direitos Humanos com Jovens)

Há uma ligação natural entre a educação para a cidadania global e a educação intercultural, que contempla a maneira como interagimos com outras culturas, sociedades e grupos sociais. Qualquer sociedade de hoje tem como característica o aumento crescente da multiculturalidade e da diversidade cultural e este facto torna o reconhecimento e o respeito pelos direitos das minorias como aspectos cada vez mais importantes. Somos forçados a reavaliar as antigas concepções das sociedades

nacionais como entidades culturalmente homogéneas: o processo de integração europeia, associado a uma maior interdependência económica e social entre diferentes regiões do mundo, tornou essas noções ultrapassadas. Mesmo em regiões que não conhecem grandes vagas de imigração, os conflitos existentes estão frequentemente ligados à falta de compreensão entre diferentes povos ou modos de vida coexistentes numa sociedade. Os conflitos na Irlanda do Norte, na antiga Jugoslávia e em certas regiões do Cáucaso são uma triste ilustração dos problemas que podem surgir da incapacidade de respeitar e viver com outras culturas.

A educação intercultural é também uma forma eficaz de abordar o fenómeno moderno do racismo, da discriminação racial e da intolerância.

Objectivos da Educação Intercultural:

- ajudar os jovens a conquistar a capacidade de reconhecerem a desigualdade, a injustiça, o racismo, os estereótipos e os preconceitos
- dar-lhes o conhecimento e as capacidades necessários que os ajudem a desafiar e a tentar mudar todos estes problemas sempre que com eles se deparem.

A aprendizagem intercultural prossegue os objectivos e os princípios da educação intercultural de diferentes formas. Este conceito de aprendizagem está normalmente ligado a um cenário de educação não-formal e é particularmente relevante no trabalho com a juventude.

Educação contra o racismo

A educação contra o racismo tem como pilar a asserção de que vivemos numa sociedade multicultural, democrática, onde todos os cidadãos tem direito à igualdade e à justiça. No entanto reconhece a existência do racismo e das atitudes racistas em toda a sociedade moderna, e o impacto que isso pode ter nos jovens – especialmente naqueles que estão associados a certas minorias – pois não só lhes dá uma má experiência educativa como também lhes diminui as hipóteses na sua vida futura. A educação contra o racismo tenta lutar contra comportamentos, linguagem e práticas racistas, individuais e institucionais, e consciencializar para os efeitos prejudiciais do racismo numa sociedade moderna. O seu objectivo consiste em ajudar na criação de uma sociedade multirracial e interdependente onde todos os direitos dos cidadãos sejam respeitados e protegidos.